



MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO

QUADRIÉNIO 2021/2025

Ata da Assembleia Municipal de 26 de novembro de 2024

Ata da Assembleia Municipal de 26 de novembro de 2024

----- Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas e cinquenta minutos, no Auditório da Vila do Gerês, realizou-se a quinta e última sessão ordinária do ano de dois mil e vinte e quatro da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Apreciação da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto-Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro; ----

2. Análise e votação da Minuta de protocolo a celebrar com a Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P. (AIMA); -----

3. Análise e votação da Quinta Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de dois mil e vinte e quatro; -----

4. Análise e votação da Proposta de taxa de IMI para o ano de dois mil e vinte e cinco;-----

5. Análise e votação da Proposta de Participação variável no IRS para o ano de dois mil e vinte e cinco; -----

6. Análise e votação da Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de dois mil e vinte e cinco; -----

7. Análise e votação dos Documentos Previsionais para o ano de dois mil e vinte e cinco; -----

8. Análise e votação da proposta de alteração ao Anexo do Regulamento de Taxas e outras Receitas Municipais. -----

----- Assumiu a Presidência desta reunião, o Presidente da Assembleia Municipal, senhor Augusto Braga, tendo o senhor José Carlos da Rocha Dias, assumido o lugar de primeiro secretário e a senhora Elisa Lameira, o lugar de segunda secretária. -----

----- Esteve presente nesta reunião, a representar a Câmara Municipal, o senhor Presidente do Executivo Municipal, Manuel Tibo. -----

----- Estiveram também presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e sete, tendo-se verificado as faltas justificadas: do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta, sendo este substituído, nos termos da Lei pelo senhor Bruno Freitas, Secretário da Junta de Freguesia e ainda do senhor deputado Guilherme Alves que não se fez substituir na sessão. -----

----- Comprovada a existência de “quórum”, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão e concedeu a palavra ao senhor Primeiro Secretário para este dar conhecimento da correspondência recebida, tendo colocado, logo de seguida, a mesma à disposição para consulta. -----

----- De seguida, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior. O senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a dispensa da leitura efetiva da mesma aos membros da assembleia municipal, sendo esta aprovada por unanimidade. Assim sendo, colocou-se à consideração a ata da sessão ordinária de vinte e oito de setembro e não sendo objeto de intervenções, foi colocada à votação e aprovada por unanimidade. -----

----- Ainda neste período, o senhor Presidente da Assembleia Municipal e por solicitação do senhor Presidente da Câmara Municipal, apresentou à consideração dos presentes a inclusão, dado o seu teor, de um novo ponto na ordem de trabalhos, no caso um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Adelino Pereira Martins. Não tendo nenhum dos presentes solicitado a palavra e colocado à votação, foi o referido Voto incluído, por unanimidade, na ordem de trabalhos, passando assim a constar como nono ponto da ordem de trabalhos. -----

----- Passou-se, então, ao período de antes da ordem do dia. -----

----- Seguidamente, inscreveu-se para usar da palavra a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira. -----

----- Face ao supra exposto, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira iniciou a sua intervenção nos moldes que, de seguida, se transcrevem: -----

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal-----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal-----

Exmos. Membros da Assembleia Municipal e demais elementos aqui presentes-----

Boa noite! -----

Não podia deixar de aqui mencionar o dia do Município, pela importância histórica que assume para todos, pela intensidade que foi vivida, quer pela homenagem a personalidades e coletividades, que se destacaram e merecem reconhecimento. Mas acima de tudo, gostaria de frisar um feito, um grande feito que foi formalizado nesse dia, a celebração do protocolo realizado com a ministra da saúde relativamente ao bloco cirúrgico que será realizado nas instalações do Centro de Saúde. Acho que nunca ninguém terá alguma vez sonhado com uma resposta destas no nosso concelho. Os meus parabéns pela enorme conquista para todos, esta resposta vai ter um grande impacto na vida de todos nós! -----

----- Fim da transcrição e da consequente intervenção da senhora Presidente de Junta de Freguesia de Carvalheira. -----

----- Logo depois, o senhor Presidente da Câmara Municipal e após dirigir cumprimentos a todos os presentes e frisar o aspeto de estarmos novamente na Vila do Gerês, iniciou o seu período de intervenção e respostas com uma primeira referência à importância desta sessão por apresentarmos para votação o orçamento municipal para 2025. De seguida e sobre a intervenção da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira, o Senhor Presidente agradeceu as palavras, referindo também que, sobre a criação de uma Unidade de Cirurgia de Ambulatório, simboliza bem o nosso sentimento de “estar de alma e coração por Terras de Bouro” e de como esta estrutura se revelará fundamental para os cuidados de saúde do nosso concelho, para além de se recuperar igualmente património municipal. A implementação desta valência, sublinhou o Senhor Presidente, evitará deslocações aos concelhos vizinhos e os seus custos de funcionamento estarão a cargo do próprio Ministério da Saúde. O Senhor Presidente e ainda nesta área, deu conta de uma reunião com o senhor Diretor do Serviço Nacional de Saúde (SNS) para a criação de uma Unidade de Cuidados Continuados, algo que surgirá também nos próximos dois ou três anos, avançou. A gestão desta unidade ficará a cargo da câmara municipal que contratará quem e o que for preciso para que estes serviços funcionem em pleno, pois a sua utilidade e valor são inquestionáveis para Terras de Bouro. Também sobre a Saúde, o Senhor Presidente comunicou que o projeto para a intervenção na extensão de Rio Caldo está concluído, numa obra que orçará cerca de quinhentos mil euros e que tentaremos junto do Governo que a intervenção seja comparticipada pelo PRR, sendo esta também uma forma de corrigir as assimetrias que existem em territórios como o nosso, reiterou e concluiu o Senhor Presidente, neste período. -----

----- Passou-se, de seguida, ao período de intervenção do Público. -----

----- Não se registaram intervenções. -----

----- Terminado este período entrou-se, de seguida, na discussão da Ordem de Trabalhos, da qual constaram os seguintes pontos já com a inclusão do novo ponto na ordem de trabalhos: -----

1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do n.º 2, do art.º 25, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro; -----

2. Análise e votação da Minuta de protocolo a celebrar com a Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P. (AIMA); -----

3. Análise e votação da Quinta Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de 2024; -----

4. Análise e votação da Proposta de taxa de IMI para o ano de 2025; -----

5. Análise e votação da Proposta de Participação variável no IRS para o ano de 2025;-----

6. Análise e votação da Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2025;-----

7. Análise e votação dos Documentos Previsionais para o ano de 2025;-----

8. Análise e votação da proposta de alteração ao Anexo do Regulamento de Taxas e outras Receitas Municipais;-----

9. Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Adelino Pereira Martins.-----

----- Dando cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou imediatamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por lamentar o acidente que aconteceu (hoje mesmo) na escola Padre Martins Capela, com um funcionário municipal e de como se espera que esta situação não seja realmente muito grave, aguardamos pelas melhores notícias, sublinhou. Continuando, manifestou a sua solidariedade pelo voto de pesar apreciado na sessão de hoje e referiu-se também à situação de análise que está a ser realizada no concelho em função dos prejuízos dos incêndios florestais. Prosseguindo, apresentou o processo de instalação dos carregadores de carros elétricos em Terras de Bouro, plano que teve início já no dia 25 de novembro com a instalação de 8 postos de carregamento que ficarão assim distribuídos: 2 postos na Vila de Terras de Bouro; 2 postos na Vila do Gerês; 2 postos no Centro Náutico de Rio Caldo e 2 postos no Museu de Vilarinho da Furna (Campo do Gerês). Este novo serviço permitirá ao Município arrecadar uma renda de 5.000,00 euros / ano e cada local irá ter dois pontos de carregamento com uma potência de 44 KVa (cada tomada tem a potência de 22 KVa), sendo o prazo de execução desta obra de 270 dias e a responsabilidade da concessão será da Petrogal, SA (Galp Energia, SGPS, SA), avançou o Senhor Presidente. Dando continuidade à sua intervenção, o Senhor Presidente comunicou a realização no dia 27 de novembro, no Salão da Junta de Freguesia de Rio Caldo, da cerimónia de assinatura dos 18 contratos de cedência para a realização da intervenção da estrada da Pereirinha. Teremos também em breve em Terras de Bouro a Ministra da Cultura para reivindicarmos, entre outros, o direito a termos uma biblioteca municipal. Somos, infelizmente, um dos cinco concelhos sem biblioteca municipal, afirmou o Senhor Presidente. Ainda sobre este último tema, era importante que o financiamento viesse do PRR, pois do orçamento municipal é impossível. Ainda sobre a presença de membros do Governo em Terras de Bouro, o Presidente da Câmara Municipal comunicou a visita da senhora Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, Clara Marques Mendes, a realizar no próximo dia 14 de dezembro e que, para além de formalizar a intenção da mudança dos serviços concelhios da Segurança Social para as instalações do pavilhão municipal, servirá também para a

apresentação de novos projetos e visitas a instituições particulares de solidariedade social de Terras de Bouro. De seguida, o Senhor Presidente fez o ponto de situação do PDM e das dificuldades que este processo continua a ter. Continuamos em negociação com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e não esqueçamos que este será o nosso PDM e de quem cá vive ou quer viver e não das entidades, sublinhou o Senhor Presidente. Relativamente a candidaturas e projetos/obras em curso: está em marcha o novo financiamento para a intervenção do Bairro da EDP em Paradela de Valdosende, explicando o Senhor Presidente o processo anterior relativamente a este local; há também a requalificação urbana de Rio Caldo; a ampliação do Centro Náutico de Rio Caldo com novas regras de funcionamento e estacionamento; a aprovação da requalificação das escolas de Moimenta e Rio Caldo; no ciclo da água, a implementação do saneamento no concelho; a 3ª fase da Ecovia do Cávado; a conclusão das obras no Centro Cultural de Moimenta; a conclusão do Canil Municipal; a intervenção para aplicação de novo pavimento na Estrada da Mata da Albergaria com aprovação do Ministério do Ambiente; a melhoria das condições de segurança e circulação na ligação municipal do Campo do Gerês à Vila do Gerês; a requalificação do Parque de Merendas do Videiros; a requalificação da Casa Florestal da Pedra Bela para Centro Interpretativo da Vezeira e outras cinco casas florestais no território, incluindo a Casa Florestal da Preguiça; a requalificação da via da Chã da Ermida à Batoca e, na Estratégia Local de Habitação, a requalificação de escolas primárias e prédios devolutos, comunicando ainda que, nesta área, as candidaturas de Terras de Bouro foram todas admitidas. O Senhor Presidente avançou também informação sobre: a criação do Gabinete de Apoio à Família; uma candidatura para aquisição de uma viatura própria de recolha de resíduos; a criação do Parque Industrial da Balança com uma nova dinâmica, estando para breve a assinatura do contrato-programa para isso mesmo; a implementação da Unidade de Cuidados Continuados em Moimenta e da Unidade de Cirurgia de Ambulatório mereceram também destaque pelo Senhor Presidente. Foram ainda referidas as seguintes atividades: na sua 4ª edição, o IRIS - Festival de Imagem de Natureza do Gerês voltou a promover uma sessão de sensibilização ambiental para os alunos do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro (AETB) e consolidou-se com sua 4ª edição, realizada em Terras de Bouro; o TransCávado atraiu centenas de praticantes de BTT a Terras de Bouro; os Deputados Municipais e Executivos das Juntas de Freguesia que visitaram obras no concelho; as plataformas digitais do município foram atualizadas; há ainda Kits de Compostagem disponíveis para o " AGORA SIM, NADA DE PERDE; a Exposição fotográfica em Terras de Bouro que celebrou a Semana Europeia do Aleitamento Materno; o Auditório Municipal acolheu um encontro de coros musicais;

decorreu também o período de discussão pública do Programa Especial do PNPG – REGULAMENTO de Gestão da Área Protegida; as medidas excecionais e apoios atribuídos às populações e empresas afetadas pelos incêndios rurais entre 15 e 20 de setembro e em que, no caso de Terras de Bouro, foram consideradas as freguesias de Covide e a União das freguesias de Chorense e Monte; o Município de Terras de Bouro informa também que a data limite para a submissão de requerimento para atribuição Bolsas de Estudo ao Ensino Superior termina a 31 de dezembro; o Dia Mundial da Saúde Mental, celebrado a 10 de outubro, sob o tema ‘Inspirar ambientes saudáveis’, foi o mote ideal para a assinatura de um protocolo de cooperação entre os municípios de Terras de Bouro, Braga, Barcelos, Esposende, Vila Verde, Amares, Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso e o CRI (Centro de Responsabilidade Integrada) de Saúde Mental da ULS de Braga; Terras de Bouro recebeu o II Fórum Intermunicipal para a Promoção da Saúde Mental sob o tema “Saúde Mental na Infância e Adolescência: desafios e soluções?”; o Ministro das Infraestruturas e Habitação visitou Terras de Bouro a 18 de outubro; as Homenagens que marcaram o Dia do Município em Terras de Bouro e a cerimónia que foi presidida pelo Presidente da Assembleia da República Portuguesa, Dr. José Pedro Aguiar-Branco, a distinção das Individualidades e Coletividades Concelhias Homenageadas e dos Funcionários Municipais que viram reconhecidos 25 anos de serviço; o Dia do Município foi também assinalado com um desfile de coletividades e momentos musicais; ; a visita da Comissão do Ambiente e Energia a Terras de Bouro; a XXIII Feira-Mostra de S. Martinho das Terras do Gerês que animou a Vila de Terras de Bouro durante três dias com a Corrida de Cavalos que atraiu uma multidão ao evento; a apresentação da nova Revista Turística de Terras de Bouro e a realização no próximo fim de semana da prova Gerês Marathon Extreme; Terras de Bouro assinalou ainda o Dia Mundial da Alimentação saudável e acolheu a apresentação do Projeto – Raia Seca Gerês - Xurês. Já no campo financeiro, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o valor do saldo existente do ano anterior em operações orçamentais e do lado da receita cobrada era de 13.737.110,33 euros e o valor da despesa efetuada até à mesma data em operações orçamentais foi de 12.809.390,34 euros.-----

----- Sobre este ponto da ordem de trabalhos não aconteceu qualquer inscrição ou consideração dos presentes. -----

----- No que diz respeito ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos “Análise e votação da Minuta de protocolo a celebrar com a Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P. (AIMA) e depois de introduzido pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal foi alvo de explanação do senhor Presidente da Câmara Municipal, informando que o presente protocolo tem por objeto a definição dos termos e condições da colaboração entre a AIMA e o Município com vista à realização, por parte do Município, de tarefas de

atendimento presencial no âmbito dos procedimentos administrativos da competência da AIMA, relativos, designadamente: à concessão de prorrogações de permanência; à concessão de autorizações de residência; à emissão de cartões de residência temporária ou permanente de familiares de cidadãos da União Europeia nacionais e de Estado terceiro; à Emissão de certificados de residência permanente de cidadãos da União Europeia e a emissão de títulos de residência para cidadãos britânicos beneficiários do Acordo sobre a Saída do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte da União Europeia e da Comunidade Europeia da Energia. Neste âmbito, o Município compromete-se a disponibilizar um posto de atendimento e os recursos humanos necessários a assegurar a realização do número mínimo de atendimentos diários estabelecido no presente protocolo, sublinhou o Senhor Presidente. -----

---- Também sobre este ponto não aconteceu qualquer intervenção e sendo colocado à votação foi aprovado por unanimidade. -----

----- Prosseguindo a sessão, foi apresentado o terceiro ponto “Análise e votação da Quinta Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de 2024” e o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que assim referiu que se apresenta esta quinta revisão aos documentos previsionais para o ano de 2024, cujas alterações resultam da celebração de protocolo com o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, I.P. (ICNF) para Reabilitação da Casa Florestal da Preguiça, no valor de 100.000,00 €. A receita a arrecadar será totalmente imputada, ao nível da despesa, ao respetivo projeto criado no PPI para o corrente ano, a saber: 2024/I/9 – Reabilitação da Casa da Preguiça, com a inscrição da dotação de € 100.000,00. O orçamento Municipal passará a apresentar a dotação global de € 18.741.426 euros. Nestes termos, propõe-se a respetiva aprovação à Assembleia Municipal, concluiu o Senhor Presidente. -----

----- Daqui não resultou nenhuma intervenção e colocada à votação, foi a proposta do terceiro ponto aprovada por maioria com a abstenção do senhor deputado do Partido Socialista, Vítor Fernandes. -----

----- Passou-se logo depois ao ponto quatro, “Análise e votação da Proposta de taxa de IMI para o ano de 2025”, com a informação dada pelo Senhor Presidente nos seguintes moldes: “No âmbito das receitas próprias do Município, define o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que “constituem receitas dos municípios o produto da cobrança do imposto municipal sobre imóveis (IMI) (cf. Al. a) do artigo 14.º); O Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na atual redação, fixa no seu artigo 112.º, as respetivas taxas, criando os

seguintes limites: Prédios rústicos: 0,8% (al. a) n.º 1); Prédios Urbanos: 0,3% a 0,45% (al. c), n.º 1). Determina, o n.º 5 do mesmo artigo, que “os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos na alínea c) do n.º 1.” Considerando a redação dada ao artigo 112.º-A do CIMI, pela Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro, “os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem fixar uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar”, de acordo com os seguintes limites: 1 dependente a cargo – dedução fixa de 30,00 €; 2 dependentes a cargo – dedução fixa de 70,00 €; 3 ou mais dependentes a cargo – dedução fixa de 140,00 €. O n.º 14 do referido artigo 112.º do CIMI determina que as deliberações da Assembleia Municipal referidas na presente proposta devem ser comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira, por transmissão eletrónica de dados, para vigorarem no ano seguinte, até 31 de dezembro. Nestes termos, PROPÕE-SE: Que a taxa referida na al. c) do n.º 1 do artigo 112.º do CIMI seja fixada em 0,3%; Que, ao resultado da aplicação da taxa referida no ponto anterior, sejam deduzidos os valores previstos no artigo 112º-A, na redação dada pela Lei n.º 56/2023 e que se submeta a presente proposta à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, reiterou o Senhor Presidente. -----
----- Sem Intervenções, colocada à votação, foi a proposta do quarto ponto aprovada por maioria com a abstenção do senhor deputado do Partido Socialista, Vítor Fernandes. -----
----- No que diz respeito ao quinto ponto da Ordem de Trabalhos, “Análise e votação da Proposta de Participação variável no IRS para o ano de 2025”, depois de introduzido pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal foi apresentado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que : “o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, refere que “os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional”. Refere o n.º 2 do mesmo artigo que “a participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual deve ser comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à AT, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos”. Face ao exposto, propõe-se a fixação da taxa pretendida pelo Município para o ano de 2025 em

4,5%, referindo ainda e concluindo, o Senhor Presidente, que a câmara municipal não pode abdicar das suas receitas, mantendo assim esta taxa.-----

----- Sobre este quinto ponto ninguém usou da palavra e colocado imediatamente à votação foi aprovado maioria com a abstenção do senhor deputado do Partido Socialista, Vítor Fernandes. -----

----- A sessão continuou com a introdução e posterior apresentação do sexto ponto, “Análise e votação da Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2025” com igual procedimento, referindo o Senhor Presidente o seguinte: “A Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovada pela Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto, na sua atual redação, prevê no seu artigo 169.º que os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento dos domínios público e privado municipal por sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes públicas de comunicações eletrónicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) e à remuneração pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas que pertençam ao domínio público ou privativo das autarquias locais prevista no Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio.-----

A TMDP obedece aos seguintes princípios: É determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município; O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25% . Nestes termos, propõe-se, ao abrigo da alínea b) do n.º 3 do artigo 106.º do referido diploma legal o estabelecimento de uma TMDP, para o ano de 2025, de 0,25%., concluiu o Senhor Presidente. -----

----- Sem intervenções novamente, o sexto ponto foi colocado à votação e aprovado por maioria com a abstenção única do deputado do Partido Socialista. -----

----- Logo depois, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o sexto ponto e passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que, sobre a “Análise e votação dos Documentos Previsionais para o ano de 2025” e em primeiro lugar agradeceu o trabalho do Dr. Paulo Antunes, responsável da DAF do município, assim como dos seus colaboradores e restantes chefes de divisão do município que participaram na elaboração do documento, sublinhando a importância do documento para o concelho.-----

----- Assim, o Senhor Presidente apresentou os Documentos Previsionais para dois mil e

vinte e cinco nos seguintes moldes, os mesmos que são constantes na íntegra na documentação anexa desta reunião e dos quais se deu prévio conhecimento a todos os membros desta assembleia municipal: “Pelos documentos previsionais para o ano de 2025, em anexo, elaborados nos termos previstos no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), no ponto 3.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações, no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) e no Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), fica o Município autorizado a cobrar, no ano económico de 2025, os impostos diretos, taxas, licenças, coimas e outras receitas previstas no Orçamento, para satisfação das despesas inscritas no mesmo. O Orçamento para o ano de 2025 foi elaborado de acordo com as regras previsionais definidas no POCAL, seguindo uma política de afetação de recursos segundo critérios de seletividade com supressão dos encargos que não se demonstrem absolutamente necessários, consubstanciando um Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes, e no capítulo IV – Regras orçamentais, do RFALEI, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação. A elaboração do Orçamento assentou, também, na identificação rigorosa das despesas obrigatórias resultantes, nomeadamente, de encargos com pessoal, encargos financeiros, compromissos com terceiros decorrentes de contratos em curso e protocolos estabelecidos, decisões dos tribunais e dívidas de anos económicos anteriores. As Grandes Opções do Plano para o ano de 2025 integram os projetos e ações previstas no Plano Plurianual de Investimentos e outras Atividades Relevantes a desenvolver pela Autarquia, direta ou indiretamente, com financiamento assegurado no Orçamento do Exercício. O Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2025 discrimina os investimentos por objetivos e projetos, a realizar diretamente pela Autarquia, num horizonte temporal de 4 anos, estabelecendo as opções políticas tomadas e consequentes prioridades na satisfação das necessidades coletivas locais. Na arrecadação das receitas e na realização das despesas deverão observar-se as Normas de Execução do Orçamento propostas para o ano de 2025, as quais se apresentam em anexo à Presente Proposta. Nos termos do n.º 17, da NCP 1 do SNC-AP apresentam-se também as demonstrações financeiras previsionais: Balanço, Demonstração de Resultados por Natureza e Demonstração de Fluxos de Caixa. Os documentos previsionais são novamente presentes ao Executivo Municipal, em face da celebração de protocolo e integração de projeto no PPI de 2024 da Reabilitação da Casa da Preguiça, bem como, pela atualização dos dados relativos às responsabilidades contingentes. -----
----- Propõe-se: Que nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea c) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 4, do

artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado ainda com o n.º 1, do artigo 45.º e artigo 46.º do RFALEI, a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal os documentos previsionais para o ano de 2025, a seguir discriminados, que instruem a presente proposta e desta são parte integrante, a saber: Relatório do Orçamento. Orçamento e Plano orçamental Plurianual, Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais relevantes); Balanço Previsional; Demonstração de Resultados Previsional; Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional; Normas de Execução do Orçamento de 2025 e Mapa de pessoal para 2025.” Relativamente ao Relatório do Orçamento, o Senhor Presidente disse ainda: “Dando continuidade a um programa de trabalho que iniciamos e que é de grande responsabilidade, não podendo ser desviado daquele que é o caminho, sempre estreito, da administração e gestão autárquica; queremos, de forma segura, levar por diante as ações e as respostas que, estamos certos, corresponderão às aspirações de todos/as os/as que, aqui nasceram e escolheram a nossa terra para viver. Os/as terrabourenses têm motivos e razões para continuar a acreditar que assim será, porque o caminho que foi e está a ser percorrido a todos dá essas garantias. É evidente que os tempos conturbados que vivemos e que se apresentam mais exigentes e geradores de apreensão, tendo em conta os conflitos latentes e as guerras que se desenvolvem, quer na Ucrânia, quer no Médio Oriente, levam-nos a ter uma maior atenção pois, a continuarem, logicamente que, mais tarde ou mais cedo, irão refletir-se na Europa e, por conseguinte, no nosso País. Com este contexto internacional há uma dificuldade acrescida de se poder fazer uma previsão e assumir estratégias de programação económica e financeira de um Município, com a dimensão do nosso, o que se revela um exercício bem mais complexo. Na verdade, as economias mais robustas do continente Europeu têm vindo a manifestar fragilidades, fazendo com que a inflação dispare e os preços dos bens e serviços aumentem exponencialmente, o que, logicamente se começa a refletir nas nossas vidas e na nossa gestão corrente. Assistimos a um contínuo agravamento dos preços dos combustíveis que, naturalmente, ditam o aumento generalizado das despesas, o que, como é óbvio, faz aumentar a incerteza de toda a programação orçamental. Apesar disso, este documento mantém uma estratégia e uma visão de progresso alicerçada em vetores estruturantes como o desenvolvimento económico, o turismo, o emprego, a educação, a saúde, a ação social, a cultura, o ambiente e a qualidade de vida. Apresentamos assim, para o Concelho de Terras de Bouro, de forma inequívoca, o nosso compromisso que, com o maior empenhamento, tudo faremos no sentido de captar e canalizar todos os recursos e sinergias disponíveis, tendo como principal objetivo dotar o nosso território

das condições imprescindíveis a uma vida melhor para todos/as. Desta forma, queremos manter o rumo traçado, pelo que, iremos trabalhar afincadamente para que, honrando os nossos compromissos, consigamos propiciar aos/às terrabourenses um maior entusiasmo e vontade de viver e, connosco, cooperem para o engrandecimento da nossa terra. Pode, porventura, ter ficado pelo caminho algum projeto que nos propusemos realizar, mas, sem alijar responsabilidades, também teremos que referir que não foi por falta de vontade nossa, nem por falta de recursos financeiros que isso poderá ter ocorrido, mas, convém dizê-lo, foi porque, a montante ou a jusante da tramitação processual, algo concorreu nesse sentido. Respondendo àquelas que são as expectativas e justas aspirações dos/as munícipes, as Grandes Opções do Plano e o correspondente Orçamento para 2025 irão manter a abrangência necessária, o equilíbrio desejado e as respostas adequadas às necessidades gerais e básicas da nossa população. Os investimentos a nível das acessibilidades, da mobilidade e regeneração urbana são para manter e, se possível, reforçar. No que diz respeito ao abastecimento de água e saneamento, apesar de já ter sido percorrido um longo caminho, prosseguiremos com os trabalhos de recuperação e beneficiação das redes existentes e tudo faremos para que, particularmente na área do saneamento, se consigam materializar as respostas, absolutamente necessárias, ao nível da rede em baixa e em alta, quer no Vale do Cávado, quer no Vale do Homem. Nesta área, queremos dar conta que os projetos para a construção de novas ETARs na freguesia de Rio Caldo e na freguesia de Vilar da Veiga, já estão a ser preparados pela Empresa Águas do Norte. A saúde, ação social, desenvolvimento cultural e associativismo são áreas de relevada importância, às quais continuaremos a prestar a melhor atenção, disponibilizando os recursos necessários, seja na cooperação seja no apoio financeiro imprescindível. No que diz respeito à área da Saúde e no âmbito do Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro – Descentralização das Competências da Saúde, o Município colocou como condições para esse ato que a obra de requalificação do edifício da escola primária de Rio Caldo para Unidade de Saúde fosse assumida pela ARSN (Administração Regional de Saúde do Norte) e que fossem colocados painéis fotovoltaicos nos edifícios de saúde. Por e-mail de 3 de junho de 2022, o senhor Presidente do Conselho Diretivo da ARS Norte comunicou que: “no âmbito do PRR- Medida i1.08 - Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar eficiência energética (...) foi incluído um investimento de €500.000,00 (quinhentos mil Euros), ao qual acresce IVA, para a remodelação da Unidade de Saúde de Rio Caldo, a aplicar na Remodelação da Antiga Escola. Remeto, igualmente, mapa onde consta os painéis fotovoltaicos para as unidades de saúde do município que preside”. -----
Foram, assim, satisfeitas as condições prévias e concretizada a assinatura do Auto de Transferência, que ocorreu a 6 de junho de 2022, com a presença da senhora Ministra da

Saúde, Dr.^a Marta Temido. A Câmara Municipal, através desta Transferência de Competências, passou a gerir o património edificado e áreas envolventes, bem como as viaturas e os recursos humanos com a categoria de assistente operacional. Entretanto e com o AVISO nº 14/C01-i01/2023 foi aberta a candidatura para “requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais”, tendo o Município, aproveitado esta oportunidade e submetido a candidatura para as novas instalações da Extensão de Saúde de Rio Caldo. Decorrido este tempo, mantemos os contactos para que o valor inicialmente atribuído possa ser reforçado, dado que, entretanto, aquele valor já se considera insuficiente para o volume de obra necessária.---- Foi assinado um protocolo de cooperação com a Unidade de Saúde Local de Braga (ULS Braga), em que a Câmara Municipal disponibilizará as piscinas municipais da Vila de Terras de Bouro e do Gerês para aulas de preparação para o parto em meio aquático. As aulas de preparação para o parto em meio aquático visam promover a aquisição de conhecimentos e de estratégias facilitadoras para que grávida/ progenitores assumam um papel mais ativo e consciente na gravidez e no trabalho de parto. Igualmente, foi estabelecido um protocolo de cooperação para prestação de cuidados de saúde mental pela ULS de Braga através de equipas multidisciplinares, nomeadamente das equipas comunitárias de saúde mental constituídas por profissionais com experiência em ambiente hospitalar e nos cuidados primários de saúde, procurando sinergias e complementaridade de cuidados. Passado dia 20 de outubro, com a presença da Senhora Ministra da Saúde, Ana Paula Martins, foi assinado um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal e a ULS de Braga tendo em vista a criação de uma Unidade de Cirurgia de Ambulatório “Bloco Operário”, incluído cuidados de pré e de pós-operatório e respetivas áreas de apoio. É intenção do Município continuar a pugnar pela criação de uma Unidade de Cuidados Continuados. O Município de Terras de Bouro, consciente da importância da Educação, continuará a investir nessa área. Tendo em vista a melhoria de condições dos estabelecimentos escolares, serão efetuadas candidaturas para as escolas de Rio Caldo e de Terras de Bouro, para realização de obras de requalificação dos edifícios. O ano letivo de 2024/2025 foi preparado pela Direção do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro (AETB), em estreita articulação e colaboração com o Município. No que concerne aos transportes, o Plano de Transporte Escolar é, a nível municipal, o instrumento de planeamento da oferta de serviço de transporte entre o local da residência e o local dos estabelecimentos de ensino da rede pública, frequentados pelos alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário. A sua implementação obedece a um conjunto de preceitos legais. No

ano letivo 2024/2025 a Transdev continuará a realizar os transportes escolares e a Câmara Municipal continuará a realizar alguns transportes especiais/complementares, de alguns locais com território mais montanhoso e perigoso, devidamente identificados pela Autarquia, fazendo a ligação de casa até à paragem, para aí entrarem no autocarro para o estabelecimento de ensino e educação. O Município também realiza o transporte de alunos com necessidades educativas especiais, devidamente identificados pelo AETB, e que continuará a realizar. As crianças do Ensino Pré-Escolar (EPE) continuarão a ser apoiadas ao nível das refeições e ao nível das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF). As AAAF destinam-se a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades. Para o efeito, a Câmara Municipal de Terras de Bouro promove diretamente estas atividades ou celebra protocolos de colaboração com Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho. A Câmara Municipal continuará a promover a componente de apoio à família (CAF) diariamente depois da componente curricular. Esta resposta tem resultado num extraordinário apoio às famílias das crianças do 1º Ciclo de ensino de ensino. As crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico continuarão a ser apoiadas ao nível das refeições, através da redução do pagamento nos termos do Regulamento. Continuaremos com a valência do apoio ao estudo para o 2º e 3º ciclos de ensino, durante os períodos letivos. Nas pausas letivas, o Município promove o ATL/Oficinas de trabalho para crianças dos 3 aos 12 anos, proporcionando-lhes inúmeras atividades desportivas, lúdicas e culturais (ex: idas semanais à piscina, à praia, passeios de barco na nossa albufeira, visita a museus, etc.). A participação dos pais resume-se, apenas, ao valor da refeição servida (almoço). Continuarão a ser fornecidos gratuitamente às escolas do EPE e 1º ciclo materiais de expediente, incluindo fotocópias, e variados materiais didáticos e pedagógicos considerados importantes para o desenvolvimento das crianças. O Município continuará a oferecer os livros de fichas complementares aos manuais escolares a todos os alunos que frequentem o 1º Ciclo, independentemente do seu escalonamento em termos de ação social. Prosseguiremos com as atividades desenvolvidas com a comunidade escolar. O Município também oferecerá o manual e o respetivo livro de fichas de Inglês, como Oferta Complementar, aos alunos que frequentam o 1º e 2º anos de escolaridade, independentemente do seu escalonamento em termos de ação social escolar. Foi adaptado um espaço na Escola Básica e Secundária de Terras de Bouro que integra o Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), com o objetivo de potenciar competências de cidadania, que se continuará a dar apoio, nomeadamente com o material de desgaste. Continuaremos a fomentar cursos de formação profissional e de educação de adultos, nomeadamente através de parcerias

com a EPATV, a ATAHCA e o IEFP. Continuaremos a conceder um valor monetário aos alunos de mérito, no âmbito do Mecenato Educacional. Prosseguiremos com o investimento no Ensino Superior, com as bolsas monetárias aos jovens, nos termos do Regulamento em vigor. A abertura da piscina à comunidade escolar manter-se-á, assim como o apoio para o desporto escolar, nomeadamente com o transporte. Continuaremos a ceder os auditórios para as várias atividades da comunidade escolar. Será novamente realizada a semana cultural onde as crianças do AETB poderão usufruir de novas experiências, assim como realizar imensas atividades, de várias áreas. Será realizada uma Feira do Livro que contará com a presença de uma escritora da terra que escreveu um livro infantil. O Município continuará a ser parceiro de excelência no cumprimento e realização do Plano Anual de Atividades do AETB (ex.: São Martinho, Festa de Natal, Carnaval, Dia Mundial da Criança, o Dia Mundial do Ambiente, Associação de Estudantes, etc.). De referir também que o Município continuará a ser parceiro ou promotor de vários projetos e programas destinados a crianças e jovens, tais como: - Plataforma + Cidadania - Projeto intermunicipal centrado no desenvolvimento dos níveis de cidadania participativa em crianças que frequentam o 1º Ciclo do Ensino Básico. Com recurso a tecnologias digitais, este projeto promove a participação e a cidadania, com vista ao desenvolvimento de conhecimentos, competências, atitudes e valores que ajudem esses alunos a desempenhar, futuramente, um papel ativo na sociedade. Ferramenta Ensinar e Aprender Português – recursos tecnológicos para o ensino do português e para o apoio e recuperação de aprendizagens, dirigido aos alunos do 1º Ciclo. - Dinamização de ações de sensibilização ambiental e de conservação da natureza junto da comunidade escolar, desenvolvidas no coração do Parque Nacional da Peneda-Gerês. O projeto "Literacia no Cávado", que consiste na implementação e dinamização do recurso tecnológico para Ensinar e Aprender Português e implementação do recurso educativo digital "Hypatiamat", no âmbito do ensino da disciplina de Matemática. - AQUA Cávado: o rio que nos une - A Agência da Energia do Cávado promove a iniciativa "AQUA Cávado: o rio que nos une", em parceria com outras entidades, nomeadamente o Município de Terras de Bouro e a CIM Cávado. O programa é composto por diversas ações, cujo mote é a conservação e valorização dos recursos naturais e o combate à escassez da água. - 5 ao Dia - O Programa "5 ao Dia" visa promover o consumo diário de, pelo menos, 5 porções de frutas e hortícolas, de forma a potenciar uma alimentação saudável e contribuir para a prevenção de diversas doenças associadas a maus hábitos alimentares. Este programa prevê que as crianças de 1.º ciclo visitem todos os anos o Mercado Abastecedor da Região de Braga para o desenvolvimento de várias atividades promotoras da prática de uma alimentação saudável. - Regime da Fruta Escolar - O

Regime de Fruta Escolar (RFE) é uma iniciativa de âmbito europeu, que pretende promover a prática de uma alimentação saudável. Este programa consiste na distribuição de uma peça hortofrutícola, nas refeições intercalares, 2 vezes por semana, aos alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo, de forma a incentivar as crianças ao consumo de fruta. Este programa é gerido e financiado pelo Ministério da Agricultura e envolve ainda os Ministérios da Educação e da Saúde. Para o horizonte temporal compreendido entre os anos letivos 2024/2027 o Município tem uma candidatura submetida ao PIPSE Cávado 2023, que está em análise. Trata-se de um projeto intermunicipal “Rede Estratégica para o Sucesso Educativo e Transformador no Cávado 2030.” Pela CIM do Cávado estão candidatas as seguintes atividades (integradas na ação literacia nuclear para o sucesso): Literacia Matemática; Literacia Digital/Robótica e Competências Transversais. O Município de Terras de Bouro investe muito na Educação. Desde logo com os apoios que dá aos pais e encarregados de educação; com a compra de materiais escolares e pedagógicos para apetrechar as escolas; compra de materiais de desgaste; manutenção e conservação dos edifícios; obras de requalificação e melhorias; arranjo dos espaços exteriores; transportes gratuitos para atividades e visitas de estudo para todos os alunos do AETB e para o desporto escolar; disponibilização das piscinas municipais e de equipamentos turísticos da autarquia; a oferta da escola de música; ballet. Através da medida de investimento Medida CO4-iO1-mO1-Modernização da Infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais da componente de investimento RE-CO4-iO1- Redes culturais e Transição Digital do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), foi celebrado o contrato de financiamento em 17 de maio de 2023, para a realização de projetos designados de aquisição de equipamentos informáticos, bibliotecas itinerantes online e sistemas de informação e catálogos integrados. O Município tem a Escola de Música de Terras de Bouro em funcionamento em Moimenta, em Rio Caldo e Gerês e continuará a dar apoio em tudo o que for necessário para o seu funcionamento e crescimento, prevendo-se o aumento da oferta formativa, assim como a mudança de instalações no ano de 2025. A Ação Social continua a merecer a maior atenção, atendendo à especificidade das competências e da ação que desenvolve no terreno. Através do processo de descentralização de competências no domínio da Ação Social para as autarquias locais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, Decreto-lei n.º 55/2020 de 12 de agosto, Portaria n.º 63/2021, de 17 de março e Portaria n.º 65/2021, de 17 de março), a Câmara Municipal assumiu, em 03/04/2023, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e a celebração e acompanhamento dos Contratos de Inserção dos/as beneficiários/as do Rendimento Social de Inserção (RSI). Neste âmbito, são acompanhadas/apoiadas famílias nos diversos programas/medidas em vigor, nomeadamente POAPMC/FEAC, RSI, Cantina Social, Regime de Maior Acompanhado,

sinalização para vaga social em ERPI e/ou Família de Acolhimento, Estatuto do Cuidador Informal (ECI). No âmbito do Regulamento Habitação Condigna, manteremos o contínuo apoio às famílias carenciadas na melhoria das condições de habitabilidade, através da realização de obras, do fornecimento de projetos de arquitetura e de especialidades e do apoio financeiro ao arrendamento de habitação para residência permanente. No âmbito dos Avisos Nº 03/C03-i02/2022 e Nº 05/C03-i02/2023: Acessibilidades 360º do Programa de Intervenções em Habitações (PIH), do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a Câmara Municipal, na qualidade de beneficiário final, apresentou duas candidaturas para realização de obras para a melhoria da acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada em edifícios habitacionais. Neste sentido, daremos apoio na execução das candidaturas já aprovadas e continuaremos a submeter candidaturas sempre que surjam oportunidades de financiamento e situações elegíveis. Através do Programa 1.º Direito foram apresentadas candidaturas ao Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) (investimento RE-C02-i01 – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, da Componente 02 – Habitação), no sentido de obter financiamento para apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo de acesso a uma habitação adequada. A Estratégia Local para Habitação prevê a Aquisição e Reabilitação de 688 fogos (153 fogos do Município e 535 fogos dos/as Beneficiários/as Diretos/as), estimando-se um investimento total de € 81.040.840 (oitenta e um milhões, quarenta mil, oitocentos e quarenta euros). A Câmara Municipal apresentou candidatura ao Aviso PESSOAS-2024-12-Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social, no âmbito do Portugal 2030, tendo em vista o desenvolvimento da Operação PESSOAS-FSE+-01571100 – CLDS 5GEIRA, assumindo-se como Entidade Coordenadora Local da Parceria (ECLP) e Entidade Local de Execução das Ações (ELEA) deste projeto. É de realçar que, entre as várias ações previstas no Plano de Ação do CLDS 5GEIRA, será criado o Gabinete de Apoio à Família, com o objetivo de desenvolver, de forma itinerante, atividades de apoio a pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade (idosos, pessoas com deficiência ou incapacidade, pessoas com doença mental, pessoas com dependências, entre outros). Através da Comunidade Intermunicipal do Cávado e no âmbito de uma parceria conjunta dos Municípios de Terras de Bouro, Amares e Vila Verde, foi implementado o Gabinete de Apoio às Vítimas do Alto Cávado (GAVAC), um serviço de atendimento e acompanhamento a pessoas vítimas ou em exposição à situação de violência doméstica. O GAVAC funciona descentralizadamente em Amares, Terras de Bouro e Vila Verde. No sentido de dar continuidade a esta importante resposta foi apresentada e aprovada a candidatura “Rede Intermunicipal de Proteção e Apoio à

Vítima - RIPAV do Cávado”, no âmbito do aviso PESSOAS-2023-4 - estruturas de atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica e violência de género, que integra como entidade coordenadora a Comunidade Intermunicipal (CIM) do Cávado e como entidades parceiras os Municípios de Amares, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde. Continuaremos a executar, monitorizar e avaliar os instrumentos estratégicos para a igualdade e não discriminação, nomeadamente o Programa Municipal para a Igualdade e Conciliação e o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação. O Município de Terras de Bouro, através da CIM do Cávado, participará como investidor social em dois projetos de Inovação Social, designadamente: - “Projeto MOSAICO – Companhia Multidisciplinar”, promovido pela MUSA – Associação Artística e de Intervenção, e que pretende intervir na saúde mental de forma inovadora;- Incubadora de capacitação para o emprego para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (PCDI), tendo como objetivos fomentar o desenvolvimento holístico da pessoa, melhorar as suas condições de vida e promover a sua inclusão na sociedade e no mercado de trabalho. Este projeto será desenvolvido pela APACI- Associação de Pais e Amigos Centrada na Inclusão. No âmbito do aviso Norte2030-2024-7, a Câmara Municipal apresentará candidatura para a criação e desenvolvimento de balcões de inclusão - unidades móveis, com vista à promoção do acesso a serviços coletivos de proximidade para pessoas com deficiência e/ou incapacidade, de idosos e respetivos familiares e de pessoas com limitações na utilização de serviços desmaterializados e eletrónicos. No âmbito do aviso Norte 2030-2024-6 – Planos de Ação Intermunicipais para a Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis (ITI), o Município apresentará candidatura para desenvolvimento de projetos de envelhecimento ativo, inclusão e empregabilidade, num valor previsto de € 286.103,53. Na sequência da atualização e elaboração dos instrumentos de planeamento estratégico da Rede Social Municipal, Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social, será iniciada a execução de algumas medidas, nomeadamente através da implementação do Plano de Ação 2025. Também no quadro da transferência de competências para as autarquias locais, será elaborada a Carta Social Municipal, incluindo o mapeamento dos equipamentos sociais. A Câmara Municipal está a desenvolver o projeto-piloto Radar Social (Candidatura nº PRR-RE-C03-i07-0000247), financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Através da medida Radar Social será implementado um sistema integrado de georreferenciação social de ampla abrangência e de capacitação do território na ativação de respostas e otimização de recursos, visando trazer maior eficácia à ação e à articulação das entidades locais. Manteremos todo o acompanhamento e apoio às IPSS's locais na submissão das candidaturas e execução das Operações aprovadas no âmbito dos projetos apoiados pelos fundos comunitários e

ou nacionais. Continuaremos a apoiar as crianças nascidas em Terras de Bouro através do Incentivo à Natalidade. Este incentivo à natalidade reveste a forma de um apoio até ao valor máximo de € 1.000,00 (mil euros), atribuído em duas modalidades: € 750,00 (setecentos e cinquenta euros) sob a forma de reembolso de despesas elegíveis, realizadas em estabelecimentos do concelho de Terras de Bouro, com a aquisição de bens considerados indispensáveis ao desenvolvimento saudável e harmonioso da criança (medicamentos, vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação, cremes, artigos de higiene, de puericultura e de alimentação infantil); e € 250,00 (duzentos e cinquenta euros) sob a forma de valor monetário. Será implementado o Regulamento Municipal de Apoio à Aquisição de Medicamentos, tendo como objeto apoiar a aquisição de medicamentos, prescritos através de receita médica, às/aos cidadãs/ãos com doenças crónicas que se encontrem em situação de carência económica. Prosseguiremos com o importante serviço de proximidade à população através dos programas Bem Envelhecer e Envelhecer a Sorrir, da Loja Social, do Banco Local de Ajudas Técnicas, do apoio nas candidaturas aos programas de arrendamento Porta 65-Jovem e Porta 65+, entre outros. Manteremos os passes sociais, valorizando/privilegiando o uso do transporte público e permitindo, a quem tem necessidade de viajar com regularidade, que o possa fazer de uma forma mais acessível, passando este passe social, que atualmente tem uma comparticipação de 50% do custo, para 90%, no próximo ano.-----

Outras transferências de competências para o Município serão realizadas, mas ainda sem reflexo nestas Grandes Opções do Plano e do Orçamento. Com a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), que está a decorrer, esperamos que seja possível proceder à desafetação de terrenos para criar zonas de construção, estando já a ser elaborados projetos de arquitetura e especialidades para Moimenta (Pesqueiras), Balança, Rio Caldo, Vilar da Veiga, Chorense e Gondoriz. Também prevemos a implantação de Parques Empresariais na Balança e em Rio Caldo, sendo que, na Balança e atendendo às infraestruturas existentes, já foi desenvolvido um projeto e prevê-se que seja feita a aquisição de mais terreno, para requalificação e ampliação desse parque. Para o Vale do Cávado há um projeto preconizado, sendo que os terrenos, com área enquadrável para este fim, são baldios, pelo que será necessário encetar o processo de cedência, por parte dos Conselhos Diretivos e Assembleias de Compartes desses baldios. É expectável que durante o ano de 2025 seja possível concretizar esses objetivos, possibilitando assim a criação de mais postos de trabalho. Avançaremos, igualmente, com a criação de uma Zona de Lazer e Parque Desportivo Municipal. Pretendemos criar também, um Armazém Municipal e uma Incubadora de Empresas, cujo projeto está em fase de conclusão. O SICS CÁVADO - Sistema de Informação Cadastral Simplificado do Cávado (NORTE-09-

5762-FSE-000043), que permite definir o cadastro Predial em todo o Concelho, continuará a dar a resposta nesta área. No que diz respeito ao património municipal, iremos prosseguir a sua reabilitação e melhoramento, utilizando os recursos financeiros do Município, as receitas que vão sendo geradas e as candidaturas no âmbito da eficiência energética, ou outras que possam surgir. No âmbito da Eficiência Energética as obras aprovadas e que estão concluídas são: Centro Cultural de Terras de Bouro; Edifício Municipal da Cruz Vermelha Portuguesa – Moimenta; Edifício da União de Freguesias Brufe e Cibões; Edifício da Junta de Freguesia de Valdosende; Edifício da União de Freguesias de Chamoim e Vilar; Edifício da Junta de Freguesia de Souto; Edifício da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga; Edifício da Junta de Freguesia da Balança. Iremos realizar novas candidaturas para: Museu de Vilarinho da Furna; Museu da Geira; Edifício da Câmara Municipal; Centro de Animação Termal do Gerês. A Casa dos Bernardos, em Santa Isabel do Monte, também foi submetida à Eficiência Energética, mas, com o argumento de que “prosseque fins lucrativos”, acabou por ser excluída, pelo que, necessitando de intervenções urgentes, estas serão realizadas com enquadramento no orçamento municipal. Na verdade, este património, desde o Centro de Animação Turístico do Gerês, o Centro Náutico de Rio Caldo, a Casa dos Bernardos, em St.^a Isabel do Monte, o Museu de Vilarinho das Furnas, o Museu da Geira, o edifício da Fronteira com o museu dos Marcos Miliários, os postos de Turismo, o Centro Cultural, o Centro Interpretativo do Garrano, a Casa do Latim, o edifício da Piscina Municipal e o edifício dos Paços do Concelho necessitam, para além da manutenção regular e absolutamente necessária, de intervenções pontuais e mais alargadas, para fazer face a alguma degradação que, como é normal, vai aparecendo com o decorrer do tempo. A Casa do Latim, em Covide, será reabilitada e acolherá atividades da Aliança Artesanal, da qual somos sócios fundadores, servindo também para realizar exposições que tenham expressão local, com particular enfoque no mundo rural. Rentabilizar a Marina e a Embarcação Turística de Rio Caldo, procedendo-se à elaboração de Projeto de Requalificação e Ampliação e respetivo estudo de avaliação de impacto ambiental para candidatura a futuros Avisos. Em 2025, com a deslocação da Embarcação Turística para o ancoradouro cuja obra está concluída, na enseada entre pontes, em Rio Caldo, criar-se-á uma nova centralidade para as viagens turísticas, melhorando e dando maior visibilidade ao turismo aquático e revertendo o atual local do ancoramento dessa embarcação, em novos pontos de amarração para embarcações de recreio, podendo assim, ser atingida a lotação máxima de cento e sessenta (160) lugares, que estão licenciados pela Agência Portuguesa de Ambiente (APA) na Marina de Rio Caldo. Entretanto, está a ser elaborado um projeto para ampliação da Marina (pontões de ancoramento) e requalificação/ampliação do parque para estacionamento de automóveis.

O turismo, vetor essencial de toda a atividade concelhia, merece toda a nossa atenção, pelo que estaremos atentos e recetivos às propostas dos agentes de desenvolvimento local, ao interesse de novos investidores e à pertinência dos investimentos. Neste âmbito, será necessário recuperar as escolas primárias, que foram encerradas e que ainda se encontram desaproveitadas, para poderem ser reconvertidas em polos de acolhimento turístico ou de apoio ao turismo. Numa gestão atenta deste património, poder-se-á pensar na alienação de alguns imóveis, como já foi feito em Valdosende, tendo em vista o melhor aproveitamento dos mesmos. Sendo o Parque Nacional da Peneda-Gerês um local de eleição para os amantes da natureza, o Município de Terras de Bouro levará a cabo a Vª Edição do IRIS – Festival de Imagem de Natureza do Gerês, com o objetivo de divulgar a região e promover um produto turístico com enorme potencialidade, em particular em épocas com taxas de ocupação turística mais baixas, ajudando, desta forma, ao combate da sazonalidade. O Município pretende levar a cabo, em 2025, a certificação de destinos sustentáveis, no âmbito do programa Green Destinations. A Revista da Natureza terá a sua III edição neste ano de 2025. Dar-se-á início, também, à aplicação, de acordo com o regulamento já elaborado de uma Taxa Turística que reverterá para a criação de melhores condições de acolhimento. Os trilhos, cascatas e miradouros, autênticos ex-libris de visitação em ambiente de natureza, de lazer e de paisagem deverão manter e melhorar as condições de pisoteio, acessibilidade e segurança. No âmbito da Proteção Civil, continuamos a trabalhar com todos os elementos e entidades que compõem a Proteção Civil Municipal. Pretendendo-se, igualmente, dar utilidade às Casas Florestais que, atualmente, se encontram devolutas e em estado de degradação, propomo-nos reabilitar este edificado, sem alterar as fachadas, para as seguintes atividades: A casa florestal da Leonte poderá servir como infraestrutura para criação de uma exposição permanente relacionada com a água e para disponibilizar informação sobre o turismo Wellness, associado ao turismo termal; A casa florestal da Junceda, dada a sua localização, permite a criação de um albergue de apoio aos caminheiros que percorrem o trilho GR50, podendo, ainda, conter informação sobre o trilho da Silha dos Ursos, trilho que inicia e termina no mesmo local. Esta casa florestal teria, essencialmente, uma função de apoio para quem visita o Parque Nacional da Peneda-Gerês; A casa florestal da Costa Grande, próxima do Santuário de S. Bento da Porta Aberta, serviria os peregrinos que demandam aquele Santuário e que, percorrendo os caminhos de S. Bento que, desde Esposende e num percurso de cerca de 70 (setenta) quilómetros, passam por muitas povoações e montanhas até atingir aquele local, encontrariam ali um lugar de acolhimento e repouso; A casa florestal do Beiral, em Rio Caldo, pela sua localização, poderá servir como sede para as inúmeras coletividades

que desenvolvem atividades na freguesia de Rio Caldo e, em concreto, para sede do Motoclube; A casa florestal da Portela do Homem, junto ao edifício da Fronteira, poderá ser reutilizada para criar um centro interpretativo dos 50 anos do Parque Nacional, através de uma exposição histórica, comemorativa dessa efeméride. Tratando-se de dois edifícios, um deles poderá ficar de apoio à visitaçãõ; A casa florestal da Ermida, na freguesia de Vilar da Veiga, transformar-se-ia num Centro Interpretativo da Cabra Montês. A cabra da Ermida, na serra do Gerês, tem-se afirmado como uma referência na gastronomia e no desenvolvimento local da aldeia comunitária da Ermida, que tem promovido e preservado esta espécie. Este espaço serviria, também, para dar apoio ao Trilho PR 14, Sobreiral de Ermida; A casa florestal da Pedra Bela, atendendo à sua excelente localização, poderá ser reconvertida num centro interpretativo da Vezeira. O protocolo celebrado com o Fundo Ambiental já permitiu que, com o projeto de requalificação dos miradouros, as condições de visitaçãõ e de segurança fossem melhoradas e se tornasse uma realidade, perspetivando-se que, com os exemplos conseguidos e concretizados, este apoio e cooperaçãõ seja ampliado a outras situações, sendo prova disso, a candidatura ao Fundo Ambiental para a Cascata Fecha das Barjas (Cascata do Taihti), cuja obra de melhoria das condições de acessibilidade e segurança já estãõ em curso. As comunicações continuam a merecer uma especial atençãõ nos tempos que estamos a atravessar e, muito embora, já esteja percorrido um longo caminho nessa área, com a disseminaçãõ da rede de fibra ótica, não deixaremos de manter a nossa atençãõ em relaçãõ ao território concelhio para dar continuidade a uma melhor e mais ampla cobertura. Neste sentido, pugnaremos pela colocaçãõ de novas antenas para a rede móvel, com particular atençãõ para a antena de Leonte, há muito projetada e ainda sem concretizaçãõ. Também a agricultura e os/as nossos/as agricultores/as merecem e podem contar com a nossa atençãõ e ajuda, pelo que, em 2025, pretendemos continuar a apoiar a sanidade animal a 100%, conforme regulamento em vigor. Iguualmente, queremos demonstrar a nossa sensibilidade relativamente à fixaçãõ das taxas a cobrar pela Câmara Municipal, mantendo-se na taxa mínima o IMI e as deduções máximas em funçãõ do agregado familiar, destacando-se, ainda, a reduçãõ de 0,5% de taxa do IRS. Para alcançarmos estes objetivos, queremos continuar a contar com todos/as funcionários/as, os/as terrabourenses, todas as juntas de freguesia, todas as instituições, todas as empresas do concelho e todos/as aqueles/as que, como nós, acreditam que é possível ir mais além e desejam o melhor para Terras de Bouro. É um orçamento municipal que atinge o montante de € 17.020.056 euros e visa promover o desenvolvimento sustentado do concelho, assente numa estratégia de racionalizaçãõ das despesas e na lógica da melhor consolidaçãõ orçamental, referiu o Senhor Presidente. --

----- Além do exposto, o Senhor Presidente referiu também o ponto de viragem e da situação atual que o novo PDM terá para Terras de Bouro; a implantação da taxa turística e a ampliação e renovação da Marina e da Praia do Alqueirão. Ressalvou igualmente a importância do Mapa de Pessoal Municipal e de como é também uma forma de acabar com a precariedade laboral, criando ainda um novo organigrama. Continuaremos empenhados no apoio às famílias e ao seu bem-estar, às juntas de freguesia e aos centros sociais, destacando aqui o Senhor Presidente o apoio ao Centro de Solidariedade de Valdosende pela dimensão da sua obra, prevista para breve. Daremos também continuidade ao nosso trabalho coma a ATHACA e com a ADERE. Relativamente à água e no ranking nacional, somos o segundo concelho do país com o serviço mais barato e o primeiro no distrito de Braga, setor onde prosseguiremos com um forte investimento nas estruturas, concluiu o senhor Presidente da Câmara Municipal. ----

----- Aberto período de inscrições sobre este ponto solicitou em primeiro lugar a palavra o senhor deputado Avelino Soares nos moldes que, de seguida, se transcrevem na íntegra:-----

Ex.mº Senhor Presidente da Assembleia Municipal-----

Ex.mº Senhor Presidente da Câmara-----

Ex.mºs Secretários Dr. Paulo Morgado-----

Ex.mºs Vereadores-----

Ex.mª Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência-----

Digníssimos membros desta Assembleia-----

Ex.mºs Chefe de Divisão-----

Ex.mº Público Presente-----

O Plano e o Orçamento que nos é apresentado para o ano de 2025 surge num tempo em que "Os riscos para a estabilidade financeira permanecem associados a desenvolvimentos económicos adversos que possam resultar das atuais tensões geopolíticas. Os conflitos militares em curso, um aumento do protecionismo global e um abrandamento nas principais economias do mundo podem condicionar a economia portuguesa" (Mário Centeno). -----

Na verdade, vivemos um tempo em que os preços dos combustíveis e da eletricidade alteram rapidamente e, por arrastamento, o custo de todos os bens e serviços, acabam por ficarem reféns de toda essa instabilidade. -----

As Grandes Opções do Plano e o correspondente Orçamento da nossa Câmara Municipal, apesar dessa conjuntura, está elaborado com a solidez necessária para responder aos grandes desafios do presente, às necessidades básicas e gerais das

populações e dar continuidade ao projeto de desenvolvimento delineado por este Executivo para o Concelho de Terras de Bouro. -----

O orçamento municipal apresenta um valor global de 17.020.056,00 € (dezassete milhões, vinte mil e cinquenta e seis euros), sendo as receitas calculadas de acordo com a regras legais aplicáveis, ou seja: -----

- As importâncias relativas aos impostos, taxas e preços foram calculadas segundo a média aritmética simples dos últimos 24 (vinte e quatro) meses. -----

- Ao nível das transferências prevê-se a arrecadação de 1.191.310 € (um milhão cento e noventa e um mil trezentos e dez euros), relativos a candidaturas aprovadas no âmbito dos fundos comunitários e ainda não reembolsadas ao Município, bem como de protocolos celebrados com entidades da Administração Central. -----

- As transferências do Orçamento do Estado apresentam o valor inscrito na Lei do Orçamento de Estado de 2024 (dois mil e vinte e quatro), visto que, à data de elaboração desta proposta de documentos previsionais, não foram ainda publicados os valores das transferências a efetuar para os Municípios no ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), sabendo-se, através da proposta do Orçamento de Estado para 2025 (dois mil e vinte e cinco), que o valor aumentará cerca de 1,1 milhões de euros. -----

- As restantes receitas foram calculadas através do método da avaliação direta, partindo-se da verba prevista no orçamento para o ano anterior e das receitas efetivamente arrecadadas, tendo por certo que não se verificarão alterações significativas no seu comportamento. -----

- O valor global do orçamento apresenta um aumento de cerca de 6% (seis por cento) em comparação com o orçamento inicial de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

- As regras orçamentais, encontram-se todas cumpridas e o princípio do duplo equilíbrio orçamental também se verifica, atendendo a que as receitas correntes superam as despesas correntes, acrescidas da amortização média de empréstimos. -----

Ao nível da despesa, atendendo ao princípio da prudência, foram acauteladas as despesas com o pessoal relativas a novas contratações e eventual aumento dos vencimentos da função pública, e as despesas com juros da dívida também se encontram devidamente reforçadas. O montante com despesas de investimento ascende a 4.665.662 € (quatro milhões seiscentos e sessenta e cinco mil e seiscentos e sessenta e dois euros). -----

Ou seja, estamos perante um documento que garante a robustez suficiente, em termos Orçamentais e a resposta desejada no que diz respeito às Opções do Plano, pelo que quero deixar um especial agradecimento ao senhor Dr. Paulo Antunes pelo trabalho minucioso e de grande rigor contabilístico, que sempre nos apresenta. -----

Além do mais, o que se pode verificar é que o Executivo está apostado em cumprir o seu Plano de Ação para o ano de 2025, correspondendo e dando continuidade ao compromisso que foi assumido com os terrabourenses no ano de 2017 (dois mil e dezassete) Com estas garantias, a bancada do Partido Social Democrata votará favoravelmente as Grandes Opções do Plano e do Orçamento Municipal para 2025(dois mil e vinte e cinco).-----

----- Fim da transcrição da intervenção do senhor deputado Avelino Soares.-----

----- A palavra foi concedida de seguida ao senhor deputado Vítor Fernandes que sobre este mesmo ponto da ordem de trabalhos afirmou que o Partido Socialista não participou na elaboração do orçamento porque não é determinante, já que este já está aprovado. Ainda assim, o senhor deputado gostaria de deixar algumas considerações sobre as GOP2025, documento em que o Senhor Presidente não explicou os poderes da polícia municipal, sendo necessário existirem valências nesta área com conta, peso e medida, sublinhou também. Continuam a existir custos elevados com o pessoal e perdemos a capacidade de investir noutras áreas, frisando o senhor deputado contexto o adverso do próximo ano. A verdade é que continuam as dificuldades na aplicação do novo PDM e o orçamento é sempre um processo de intenções que vem na sequência do anterior, sublinhou também o senhor deputado. De seguida, deixou um desafio ao Senhor Presidente: que papel desempenha a câmara municipal na vida das pessoas? A Caixa Geral de Depósitos vai mesmo encerrar em Terras de Bouro? O preço da água vai ser equiparado ao nível nacional? Que atitudes devemos tomar perante isto, alertou o senhor deputado. Não precisamos só de desfiles de governantes por Terras de Bouro e o próprio Governo deve assumir também as suas responsabilidades, ressaltou o senhor deputado Vítor Fernandes. Deu como exemplo desta opinião, o IMI sobre as barragens e três pontos essenciais: as acessibilidades, o sistema de água integrada e a dotação de investimento para as empresas no concelho. Terminou a sua intervenção, informando ao mesmo tempo que o Partido Socialista se irá abster na votação dos Documentos Previsionais para dois mil e vinte e cinco. -----

----- O Senhor Presidente solicitou novamente a palavra para novo período de respostas. Assim sendo e ao senhor deputado Avelino Soares, o Senhor Presidente expressou o seu reconhecimento e agradecimento pelas palavras e pela confiança demonstrada neste Executivo. -----

----- Prossequindo, mas agora sobre a intervenção do senhor Deputado Vítor Fernandes, o Senhor Presidente afirmou que temos regras e regulamentos para aplicar nas nossas intenções, prova disso são as políticas de apoio social, como a concessão de passes e o acompanhamento que fazemos aos nossos agricultores, por exemplo. Fazemos pedidos

de empréstimos para investimentos porque temos uma enorme capacidade de endividamento, fruto da nossa gestão e quanto à pretensão da Polícia Municipal, esta força não terá armas e será adaptada à nossa realidade, com um trabalho de fiscalização reforçado, pois somos também uma terra de emigrantes e de imigrantes, que tem que acolher muito bem. Sobre o encerramento da CGD no concelho, este Executivo é frontalmente contra e a Tutela já tem conhecimento disso e igual posição sobre as posições da ERSAR são também conhecidas, não existindo da nossa parte qualquer concordância com o Governo nestas matérias, sublinhou o Senhor Presidente. Informou também sobre a sua deslocação à assembleia da república para convidar os membros da comissão de energia que se inteiraram na câmara municipal e no nosso território, com alusão à necessidade de um novo PDM, das nossas pretensões para termos novas condições para fixar pessoas e empresas. Precisamente sobre investimentos, continuamos empenhados em atrair empresas e investidores, prova disso é o recente interesse de uma empresa não poluente para se instalar em Rio Caldo, sendo que, os concelhos vizinhos também revelam dificuldades nas suas acessibilidades, algo de que nunca iremos desistir de melhorar. O Senhor Presidente terminou, nesta fase, comunicando para breve a apresentação do projeto para a zona do Campo do Bilinho, na Vila do Gerês. -----

---- Foram de seguida colocados à votação os Documentos Previsionais para dois mil e vinte e cinco, sendo aprovados por maioria com uma abstenção do Partido Socialista. ---

---- O Senhor Presidente apenas pediu depois a palavra para agradecer a confiança da assembleia municipal na aprovação dos documentos previsionais. -----

---- Entrou-se de seguida na análise e votação do oitavo ponto, "Análise e votação da proposta de alteração ao Anexo do Regulamento de Taxas e outras Receitas Municipais", com o Senhor Presidente a referir que: "O Gerês é um local de atração turística por excelência pelo seu valor natural e cultural, proporcionando agradáveis momentos de lazer e diversão. Tais características levam, inevitavelmente, a que seja um local de forte procura turística o que tem contribuído, nos últimos anos, para fortes constrangimentos de fluidez do trânsito e de estacionamento. Ora, ciente desta realidade, o Município de Terras de Bouro, procura por um lado desenvolver projetos que contribuam ainda mais para a melhoria da oferta turística naquela zona, mas por outro lado desenvolver infraestruturas que permitam aos turistas e visitantes, estacionar em zonas que lhe garantam condições ideais de visitaçãõ. Assim, foi criada uma zona de estacionamento junto à praia de Alqueirão que foi recentemente intervencionada e que permite aos turísticas aparcar as suas viaturas e assim usufruir daquela maravilhosa paisagem de forma descansada e cómoda. Posto isto, a criação destas infraestruturas implicou a realização de avultados investimentos, pelo que se torna necessário rentabilizar este

espaço e regular o trânsito de forma a evitar estacionamento abusivamente prolongados, com as consequências daí inerentes. É nesta perspetiva que nasce a necessidade de criar as taxas que serão aplicadas naquela zona que será delimitada e regulada por parcometros que, entretanto, já foram adquiridos e se encontram aptos para entrar em funcionamento". -----

----- Sem intervenções e colocado logo depois à votação foi o oitavo ponto aprovado por unanimidade. -----

----- Procedeu-se por fim e logo de seguida à análise e votação do nono ponto da ordem de trabalhos: "Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Adelino Pereira Martins", documento lido pela senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Elisa Antunes.-----

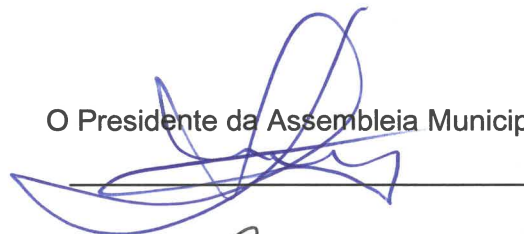
----- O senhor Presidente usou da palavra sobre este ponto, sublinhando as qualidades do senhor Adelino Martins enquanto funcionário municipal e aludiu também ao recente falecimento do senhor Altino Cascão, em Valdosende. -----

----- Sem intervenções solicitadas, o nono ponto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade, sendo imediatamente consignado um Minuto de Silêncio como Homenagem. -----

----- Ainda antes do encerramento da sessão, o senhor Presidente da Câmara Municipal interveio pela última vez para desejar a todos um Feliz Natal e um Bom Ano de 2025. -----

----- E nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal formulou, igualmente, a todos os presentes os "Votos de um Feliz Natal e de um Bom Ano Novo". Sendo 23:00 horas, deu-se por encerrada esta sessão da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



O Secretário da Assembleia Municipal

